

ATAQUE SEM PRECEDENTES À USP E A SEU CORPO DOCENTE

Em nota emitida em 17 de junho de 2016, intitulada “Escalada intimidatória e totalitária da Reitoria da USP”, a Diretoria da Adusp denunciou os movimentos crescentemente repressivos da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, “que procura reiteradamente coibir os movimentos estudantis, sindicais e sociais que envolvem professores, funcionários e estudantes da USP”. Naquela data, a Tropa de Choque da Polícia Militar agredira e prendera alunos dentro do Conjunto Residencial (Crusp), numa exibição de força totalmente desproporcional.

“Em um período em que o corpo da universidade está organizado, em greve pelo atendimento de suas reivindicações, uma atitude desta natureza expõe, uma vez mais, o despreparo e a indisposição da atual administração ao diálogo e à negociação”, assinalou a Diretoria da Adusp, antes de elencar diversas indagações à Reitoria, entre as quais: “por que a PM acompanhou a assembleia dos estudantes em frente ao prédio da Reitoria?” e “sob que alegação a Tropa de Choque invadiu o Crusp, inclusive os blocos de apartamentos, com bombas de gás e bala de borracha?”

A clarividência da nota tornou-se patente nos episódios de 7 de março de 2017. Naquele momento o reitor deixou para trás os últimos vestígios de civilidade, compostura, dignidade que se acredita sejam atributos do cargo que exerce. Ao irromper no salão de reuniões do Conselho Universitário (Co), vituperando contra os manifestantes (“bandidos”), teve de deparar-se com a corajosa reprimenda de algumas representantes discentes, uma das quais lhe respondeu de bate-pronto: “Bandido é o senhor, que colocou a PM para bater em estudante!”

M.A. Zago venceu, mas desmoralizou-se, tais as infâmias que patrocinou. Alguns andares abaixo daquele em que se reunia o Co, a PM mantinha

manifestantes algemados, em cárcere improvisado. Naquela reunião e na seguinte, como já vinha ocorrendo desde o primeiro ano da gestão, o reitor foi contestado, quando não interpelado, de modo contundente, por diversos conselheiros e conselheiras, muitos dos quais docentes que verbalizavam ali os sentimentos de indignação, inquietação e perplexidade que traziam de suas congregações de origem.

A batalha campal de 7 de março não foi acidente de percurso, antes é coerente com o vasto projeto de desmanche e privatização da USP conduzido por M.A. Zago, seus assessores e áulicos, com o auxílio de organizações privadas externas, colocadas no circuito pelo Palácio dos Bandeirantes: a Comunitas e a consultoria McKinsey&Company.

Não se trata “apenas” de obter a aprovação de um arrasador pacote fiscal, os mal chamados “Parâmetros de Sustentabilidade”. Trata-se, por um lado, de viabilizar por todas as formas a transformação da USP, cada vez mais, em logomarca comercial, ativo disponível para operações de mercado, mais e mais acolhedor das lucrativas iniciativas das fundações privadas tão bem representadas no Co e de outros variados interesses empresariais.

Por outro lado, trata-se da disposição da Reitoria de obter a aniquilação disciplinar do corpo docente, graças a mecanismos de controle como a CERT e a “Nova CPA”. Interditar a capacidade crítica, sujeitar a autonomia acadêmica das unidades, extinguir a liberdade de cátedra. Intimidar, proibir, punir. E cercar a dedicação exclusiva, o RDIDP, minando essa que é a condição essencial à qualidade e à vitalidade científica das universidades públicas.

A presente edição procura registrar e analisar os principais aspectos desse ataque sem precedentes à USP e ao seu corpo docente em especial.